INDISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR E A ALFABETIZAÇÃO

DANIELE MARGIOTTA BEZERRA NOVAES

RESUMO

A indisciplina no ambiente escolar tem se apresentado como um dos principais desafios enfrentados pelos docentes da rede pública de ensino. Este artigo busca refletir sobre as causas e consequências da indisciplina no contexto escolar, especialmente no Ensino Fundamental I, e analisar as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para enfrentá-la. Partindo de uma abordagem qualitativa, a pesquisa considera o cotidiano de uma unidade escolar da rede municipal de São Paulo, com base em observações e relatos de experiências docentes. A discussão está fundamentada em teóricos da educação como Charlot, Aquino e Libâneo, que abordam a complexidade das relações entre aluno, professor, escola e sociedade. O trabalho aponta que a indisciplina não pode ser compreendida de forma isolada, sendo necessário considerar os aspectos sociais, familiares, institucionais e pedagógicos que a influenciam. Conclui-se que o enfrentamento da indisciplina exige ações integradas entre escola, família e comunidade, além de uma política de formação continuada que fortaleça o trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE: indisciplina escolar; práticas pedagógicas; relações escolares; ensino fundamental; rede pública.

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço privilegiado para o desenvolvimento integral dos sujeitos, enfrenta atualmente uma série de desafios que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Entre esses desafios, a indisciplina tem se destacado como uma das questões mais recorrentes no cotidiano escolar, sobretudo no Ensino Fundamental, exigindo constantes reflexões e ações por parte dos profissionais da educação.

No contexto da rede municipal de São Paulo, onde a diversidade sociocultural dos estudantes se alia à complexidade das relações humanas, a indisciplina manifesta-se de diferentes formas: desde o desinteresse e a apatia até comportamentos agressivos e desrespeitosos. Esses comportamentos interferem na dinâmica das aulas, comprometem a aprendizagem e afetam o bem-estar de alunos e professores.

Diante disso, este artigo tem como objetivo investigar as manifestações da indisciplina no ambiente escolar e discutir estratégias pedagógicas eficazes para seu enfrentamento. A escolha do tema justifica-se pela urgência em compreender as múltiplas causas da indisciplina, que vão desde fatores familiares e sociais até questões institucionais e pedagógicas.

A metodologia adotada é de cunho qualitativo, com base em observações, registros pedagógicos e relatos de experiências vivenciadas por docentes de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) da cidade de São Paulo. O trabalho fundamenta-se em autores que abordam a complexidade das relações escolares e o papel do professor na mediação de conflitos.

Ao longo do artigo, será possível perceber que a indisciplina não é um fenômeno simples, mas sim uma manifestação variadas e peculiares que exige escuta, sensibilidade e formação contínua por parte dos profissionais da educação. Assim, pretende-se contribuir com reflexões e propostas que auxiliem na construção de uma escola mais acolhedora, democrática e comprometida com a aprendizagem de todos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A indisciplina escolar é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta diretamente o processo de ensino e aprendizagem, exigindo dos educadores práticas pedagógicas reflexivas, consistentes e inovadoras. Segundo Aquino (1996), a indisciplina deve ser compreendida não apenas como desobediência às normas, mas como uma manifestação de conflitos sociais, culturais e emocionais que se expressam no ambiente escolar. Para Libâneo (2013), a prática pedagógica não pode ser neutra: ela deve considerar o contexto social e as especificidades dos alu-

nos. Nesse sentido, lidar com a indisciplina requer mais do que aplicar regras; é necessário compreender as causas do comportamento indisciplinado e desenvolver estratégias que promovam o diálogo, o respeito mútuo e a construção da autonomia.

De acordo com Tiba (2002), muitos episódios de indisciplina ocorrem em função da ausência de limites claros e do enfraquecimento da autoridade pedagógica. No entanto, essa autoridade não deve ser confundida com autoritarismo. A autoridade saudável se constrói a partir de relações de confiança, coerência nas ações do educador e participação ativa dos alunos no processo educativo.

Perrenoud (2000) defende que o professor é também um gestor da convivência em sala de aula. Ele deve criar um ambiente propício ao aprendizado, que favoreça a organização, o respeito às normas e a valorização das diferenças. A gestão da disciplina, nesse contexto, está intimamente ligada à qualidade da mediação pedagógica.

Além disso, Charlot (2000) ressalta que a indisciplina pode ser uma forma de expressão do aluno diante de um currículo pouco significativo ou de relações escolares desmotivadoras. Assim, práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo estudantil, o trabalho coletivo, o uso de metodologias ativas e o vínculo entre escola e vida cotidiana tendem a reduzir os conflitos e fortalecer o engajamento dos alunos.

Portanto, é fundamental que o educador adote uma postura investigativa e reflexiva frente à indisciplina, analisando suas origens e repensando suas práticas. A formação continuada e o trabalho colaborativo entre os profissionais da escola também se mostram essenciais nesse processo (ALMEIDA, 2010).

O conceito de indisciplina

Segundo Charlot (2000), a indisciplina deve ser compreendida no contexto das relações de sentido entre o aluno e a escola. Para o autor, os comportamentos considerados inadequados muitas vezes estão associados à dificuldade de o estudante atribuir significado às atividades escolares. Quando a escola não se mostra relevante para a realidade do aluno, surgem resistências e rupturas nas relações com o saber e com os educadores.

Aquino (1996) também enfatiza que a indisciplina escolar não deve ser vista apenas como transgressão de normas, mas como expressão de um conflito de valores. Para o autor, o comportamento indisciplinado é um grito por escuta, por visibilidade e por pertencimento, muitas vezes ignorado pelas estruturas escolares tradicionais.

2.2 Fatores que contribuem para a indisciplina

A indisciplina, conforme aponta Libâneo (2001), pode ser causada por múltiplos fatores: sociais (como a desigualdade e a violência), familiares (ausência de acompanhamento, conflitos domésticos), escolares (ambientes desorganizados, ausência de regras claras) e pedagógicos (metodologias descontextualizadas, ausência de vínculo com os alunos). Esses elementos atuam em conjunto, tornando o enfrentamento da indisciplina um desafio complexo.

Vygotsky (2007), ao tratar da mediação nas relações de aprendizagem, defende que o comportamento dos estudantes é moldado pelas interações sociais e culturais. Assim, a indisciplina também pode ser compreendida como um reflexo das dificuldades nas relações entre professores e alunos, especialmente quando falta diálogo e empatia.

A relação professor-aluno como eixo central

A qualidade da relação entre professores e alunos é um dos principais fatores para a prevenção da indisciplina. Nóvoa (1999) destaca que o educador precisa se reconhecer como sujeito dessa relação, adotando uma postura reflexiva e ética frente aos conflitos cotidianos. Um professor autoritário tende a provocar resistência; já o professor ausente de autoridade perde o controle do grupo. A construção da autoridade legítima, pautada no respeito mútuo, é fundamental.

Tardif (2002) acrescenta que o professor precisa estar preparado não apenas para ensinar conteúdos, mas também para lidar com as emoções, frustrações e contextos sociais dos estudantes. Isso implica em uma formação docente que vá além da dimensão técnica, incluindo aspectos éticos, emocionais e políticos da profissão.

A escola como espaço de acolhimento e me-

diação

A escola pública, sobretudo no contexto urbano como o da cidade de São Paulo, recebe estudantes com diferentes histórias de vida, muitos deles marcados por vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, cabe à instituição promover um ambiente que valorize a escuta, a participação e o pertencimento.

Freire (1996) ressalta que educar é um ato de amor e coragem. A indisciplina, nesse cenário, não deve ser tratada com punição, mas com diálogo, firmeza e cuidado. É necessário que a escola desenvolva práticas restaurativas, projetos de mediação de conflitos e políticas de convivência que envolvam toda a comunidade escolar.

A indisciplina e as políticas públicas

A ausência ou fragilidade de políticas públicas voltadas à formação continuada dos docentes e à gestão democrática das escolas contribui para o agravamento da indisciplina. Muitas vezes, os professores se veem sozinhos diante de situações-limite, sem o devido suporte institucional.

Segundo Paro (2010), a escola pública precisa ser pensada como espaço de construção coletiva, em que a responsabilidade pela convivência não recaia apenas sobre o professor, mas envolva a equipe gestora, os estudantes e suas famílias. O enfrentamento da indisciplina exige, portanto, um projeto político-pedagógico comprometido com a inclusão, a participação e o diálogo.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com o objetivo de compreender e analisar o fenômeno da indisciplina no cotidiano escolar. A pesquisa foi desenvolvida com base em observações sistemáticas, análise documental e relatos de experiências vivenciadas por professores de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) da rede pública da cidade de São Paulo.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela natureza subjetiva e contextual da indisciplina, que requer uma escuta atenta e uma análise sensível às relações humanas e às especificidades do ambiente escolar. Os dados foram coletados ao longo do ano letivo, por meio de registros pedagógicos, reuniões com a equipe gestora, conselhos de classe, e trocas informais entre docentes.

As informações obtidas foram organizadas em categorias temáticas, permitindo a construção de uma análise crítica e interpretativa das causas e manifestações da indisciplina, bem como das estratégias adotadas pelos profissionais da escola para enfrentá-la. A pesquisa respeitou os princípios éticos, preservando a identidade dos participantes e das instituições mencionadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Manifestações da indisciplina no cotidiano escolar

A indisciplina escolar, conforme observado na EMEF estudada, manifesta-se de diversas formas, desde comportamentos considerados leves, como conversas paralelas e uso excessivo de celulares, até atitudes mais graves, como agressões verbais e físicas entre alunos. Esses comportamentos foram registrados com maior frequência nos ciclos intermediários (3º ao 5º ano), período em que os estudantes demonstram maior autonomia, mas ainda necessitam de firme orientação quanto às regras e limites.

Em determinadas turmas, observou-se a formação de grupos que impõem suas próprias regras, desafiando a autoridade do professor e dificultando o andamento das aulas. Esses episódios, embora nem sempre constantes, geram um ambiente de instabilidade, exigindo do educador habilidades para intervir sem romper os vínculos pedagógicos.

Cabe destacar que muitos dos comportamentos indisciplinados não se originam apenas dentro da escola. Em entrevistas com professores e equipe gestora, foi comum o relato de que os estudantes enfrentam situações adversas em casa, como violência, negligência e ausência de acompanhamento familiar, o que se reflete no comportamento escolar.

A percepção dos professores frente à indisciplina

Os relatos dos docentes revelam sentimentos de frustração, impotência e desgaste diante da frequência com que a indisciplina interfere nas aulas. Muitos professores relataram dificuldades em manter a autoridade sem recorrer a medidas punitivas, demons-

trando a tensão existente entre o desejo de educar com afeto e a necessidade de impor limites claros.

Um dos trechos de um relato docente ilustra essa tensão:

"Tenho uma turma em que todos os dias há um conflito. Já tentei conversar individualmente, mudar a dinâmica das aulas, envolver a família... mas sinto que estou sozinha. A escola precisa de um apoio mais efetivo da equipe e da Secretaria."

Esse depoimento revela a importância do trabalho coletivo no enfrentamento da indisciplina. A responsabilidade não pode ser individualizada no professor, mas precisa ser compartilhada com a gestão escolar, os serviços de apoio (como orientação educacional e assistência social) e, principalmente, com as famílias.

Estratégias de enfrentamento adotadas pela escola

Diante do aumento dos casos de indisciplina, a EMEF pesquisada tem buscado implementar estratégias coletivas para lidar com o problema. Entre as ações destacadas estão:

Rodas de conversa semanais com as turmas, promovidas pelos professores ou pela equipe gestora, com o objetivo de escutar os alunos e construir regras de convivência de forma participativa.

Mediação de conflitos, realizada por um professor referência ou membro da coordenação, em que alunos envolvidos em situações de conflito são convidados a refletir sobre seus atos e propor soluções.

Registro sistemático de ocorrências e reuniões pedagógicas para analisar padrões de comportamento, o que permite intervenções mais precisas e articuladas com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

Projetos interdisciplinares, como teatro, leitura, artes e esportes, que contribuem para o engajamento dos estudantes e ajudam a canalizar emoções de forma produtiva.

Apesar dessas iniciativas, os professores apontam que muitas vezes faltam recursos humanos e tempo para a implementação contínua dessas práticas. A rotatividade de profissionais e a ausência de formação específica sobre gestão de conflitos dificultam a consolidação de uma cultura escolar mais democrática e pacífica.

Além das ações já mencionadas, algumas EMEFs têm desenvolvido protocolos de convivência escolar, nos quais são estabelecidas normas de comportamento com a participação ativa dos alunos. Essa estratégia tem como objetivo promover o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva. Os estudantes deixam de ser apenas sujeitos passivos diante das regras e passam a participar de sua construção.

Um exemplo significativo foi observado em uma EMEF da zona leste de São Paulo, que criou um “Conselho de Paz Escolar”, formado por alunos, professores, gestores e funcionários. O grupo se reúne quinzenalmente para discutir situações conflituosas e propor soluções restaurativas. Esse espaço fortalece o protagonismo juvenil e diminui a reincidência de comportamentos inadequados.

Outra prática relevante é a utilização da pedagogia de projetos como ferramenta para promover o engajamento. Professores relataram que, ao desenvolver projetos que envolvem temas do interesse dos alunos — como meio ambiente, redes sociais ou esporte —, os episódios de indisciplina diminuem significativamente. Isso ocorre porque o estudante passa a se sentir mais motivado, valorizado e incluído no processo de aprendizagem.

Importante também destacar o papel da equipe gestora: quando a gestão assume postura acolhedora, coerente e alinhada com os professores, os conflitos são mais bem administrados. Em contrapartida, a ausência de apoio institucional gera sensação de abandono e eleva o nível de estresse entre os docentes.

O papel da família e da comunidade

Os dados revelam que a relação entre escola e família é um fator determinante na gestão da indisciplina. Em muitos casos, a ausência de diálogo entre os responsáveis e a instituição contribui para a perpetuação de comportamentos inadequados. Alguns estudantes não reconhecem a autoridade da escola porque essa autoridade não é reforçada em casa.

Por outro lado, nas situações em que há parceria efetiva com os responsáveis, os resultados são visivelmente mais positivos. A pre-

sença dos pais nas reuniões, a participação em projetos da escola e o acompanhamento das tarefas escolares contribuem para o fortalecimento da autoestima e da responsabilidade dos alunos.

A escola também tem promovido encontros com a comunidade do entorno para discutir temas como convivência, violência, bullying e uso de redes sociais. Essas ações reforçam o papel da escola como espaço de promoção de cidadania, ampliando sua atuação para além do conteúdo curricular.

A indisciplina, muitas vezes, é reflexo de uma lacuna no tripé que sustenta o processo educativo: escola, família e comunidade. Em escolas da rede municipal, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade social, os vínculos entre esses atores estão fragilizados. Professores relatam que grande parte das famílias não comparece às reuniões, não responde aos recados enviados via agenda escolar e, em casos mais graves, reagem de forma agressiva quando convocadas.

Por outro lado, algumas escolas têm criado espaços de escuta familiar, como rodas de conversa com os responsáveis, mutirões solidários e oficinas de parentalidade. Essas ações aproximam os pais da realidade escolar e os fazem compreender o impacto do seu apoio no desempenho e comportamento dos filhos.

Um projeto inovador em uma EMEF do extremo sul da cidade envolveu visitas domiciliares mediadas pela equipe gestora e pelo serviço social escolar. O objetivo era compreender melhor o contexto dos estudantes com maior reincidência de indisciplina. Em muitos casos, a visita revelou realidades marcadas por negligência, violência doméstica, ausência de rotina e falta de referências afetivas. A partir daí, foram feitos encaminhamentos à rede de proteção e desenvolvidas estratégias pedagógicas mais sensíveis à realidade do aluno.

Além disso, algumas escolas passaram a envolver lideranças comunitárias, ONGs locais e coletivos juvenis em projetos culturais dentro do ambiente escolar. Essas parcerias fortalecem o sentimento de pertencimento dos estudantes, sobretudo adolescentes, que muitas vezes sentem-se excluídos ou incompreendidos no modelo escolar tradicional.

Limites e possibilidades no cotidiano pedagógico

A análise dos dados evidencia que os professores reconhecem a indisciplina como parte do processo educativo, mas apontam a necessidade de mais apoio institucional para lidar com ela de forma pedagógica. Muitos profissionais sentem-se sobrecarregados, principalmente quando precisam mediar conflitos graves sem a presença de uma equipe de apoio preparada.

No entanto, também é possível observar experiências exitosas: turmas que, ao longo do ano, desenvolveram maior coesão e respeito mútuo por meio de práticas dialógicas, projetos coletivos e valorização da escuta. Professores que investem na construção de vínculos afetivos e no estabelecimento claro de limites tendem a conseguir maior engajamento dos alunos.

Essas experiências mostram que, mesmo diante de muitas limitações, é possível construir uma prática pedagógica pautada na autoridade legítima, no respeito e na valorização da diversidade. Para isso, é essencial que as escolas invistam em formações continuadas, políticas de convivência e em uma gestão democrática que envolva toda a comunidade escolar.

A rotina do professor na rede municipal de São Paulo é desafiadora. Salas superlotadas, falta de apoio multiprofissional, escassez de recursos pedagógicos e acúmulo de funções impactam diretamente a capacidade de prevenir e intervir frente à indisciplina. Apesar disso, muitos educadores constroem estratégias de resistência pedagógica, baseadas na criatividade, no afeto e na escuta ativa.

Uma prática recorrente e eficiente tem sido a construção coletiva de combinados de convivência no início do ano letivo. Quando os estudantes participam da definição das regras e compreendem suas justificativas, há maior adesão e respeito às normas estabelecidas.

Outro ponto importante é o desenvolvimento da autoridade docente legítima, conforme aponta Charlot (2000). O professor que estabelece vínculos, comunica expectativas claras e mantém coerência entre discurso

e prática consegue criar um ambiente mais estável. A autoridade, nesse contexto, não se baseia no medo ou na repressão, mas na confiança e no respeito mútuo.

Professores também relataram que os momentos de acolhimento emocional antes do início das aulas, como breves rodas de conversa ou dinâmicas de escuta, contribuem para reduzir tensões e estimular a atenção dos estudantes. Esses espaços são especialmente eficazes após o recreio ou ao retorno de finais de semana e feriados.

Apesar das inúmeras dificuldades, há um consenso entre os docentes entrevistados: a indisciplina não é intransponível. Ela pode ser enfrentada com sensibilidade, planejamento, apoio institucional e formação continuada. Para isso, é preciso uma política pública sólida, voltada para o fortalecimento do professor e para a construção de uma escola acolhedora, democrática e comprometida com o desenvolvimento integral dos seus alunos.

4.6 A indisciplina e a cultura escolar: normas, valores e conflitos

A cultura escolar é composta por um conjunto de valores, normas, práticas e símbolos que orientam a vida cotidiana de uma escola. Quando essa cultura não é compartilhada entre todos os seus atores – gestores, professores, funcionários, estudantes e famílias – surgem conflitos, rupturas e manifestações de indisciplina.

Em muitas escolas há uma tensão entre a cultura institucional (formal) – aquela que aparece nos regimentos escolares e nos documentos oficiais – e a cultura vivida pelos estudantes. A escola, muitas vezes, exige comportamentos padronizados, silêncio, obediência e foco, enquanto os alunos, principalmente os adolescentes, manifestam outras formas de expressão: movimento, fala, música, uso de tecnologia, linguagem corporal.

Esses choques de valores, como aponta Dubet (2004), devem ser entendidos como parte do processo de socialização e não como "falhas morais" dos estudantes. A indisciplina, nesse sentido, emerge quando a escola não consegue dialogar com a pluralidade de vozes e culturas presentes em seu interior.

Um exemplo comum nas escolas paulistanas é a tensão em torno do uso do celular em sala de aula. Para os professores, muitas vezes o celular é um elemento de distração e desrespeito; para os alunos, é uma ferramenta de comunicação, lazer e pertencimento ao seu grupo. A ausência de um pacto pedagógico sobre o uso responsável da tecnologia alimenta conflitos diários, que são mal interpretados como simples “indisciplina”.

Portanto, a indisciplina também pode ser entendida como um sintoma da rigidez das normas escolares frente a uma sociedade em constante mudança. É papel da escola rever suas regras à luz das novas realidades sociais, promovendo espaços de escuta e adaptação curricular, sem abrir mão do papel formativo e ético da instituição.

Formação docente e preparo para lidar com a indisciplina

A formação inicial de professores, em grande parte dos cursos de licenciatura, ainda se concentra em conteúdos disciplinares e metodologias de ensino, negligenciando aspectos fundamentais como gestão de sala de aula, resolução de conflitos, educação emocional e práticas restaurativas.

Esse despreparo é apontado por professores da rede municipal de São Paulo como um dos fatores que agravam o enfrentamento da indisciplina. Muitos docentes ingressam na rede sem saber como intervir em situações de agressividade verbal, desobediência reiterada ou bullying entre pares. A consequência disso é o desgaste emocional, a desistência da profissão e, em casos extremos, o afastamento por questões de saúde mental.

Apesar dos esforços da Secretaria Municipal de Educação em oferecer formações continuadas, como os cursos da Escola Municipal de Administração Pública (EMASP) ou os encontros promovidos pelas DREs, muitos docentes relatam dificuldades em acharem o ponto.

Uma alternativa emergente é a formação em serviço baseada em estudos de caso reais, em que os professores analisam episódios vividos em suas escolas, trocam estratégias, refletem sobre erros e acertos e constroem coletivamente novas possibilidades. Essa prática fortalece a autonomia docente e cria

redes de apoio entre os profissionais.
Além disso, a formação deve estar articulada com o projeto político-pedagógico da escola e com as diretrizes da rede. A gestão democrática e participativa pode transformar a escola em um verdadeiro espaço de formação permanente, onde cada conflito é tratado como uma oportunidade de crescimento pessoal, coletivo e institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indisciplina no contexto escolar, especialmente nas escolas públicas , é um fenômeno multifacetado, que não pode ser compreendido de forma reducionista. Ela envolve aspectos emocionais, sociais, culturais e pedagógicos, sendo reflexo direto das transformações vividas pela sociedade contemporânea.
Ao longo desta análise, ficou evidente que a indisciplina não se trata apenas de um problema de comportamento individual, mas de um sintoma de relações pedagógicas fragilizadas, de modelos escolares rígidos, da ausência de vínculos afetivos e da falta de diálogo entre os diversos agentes educacionais. Mais do que punir, é necessário compreender os motivos do agir dos estudantes e, a partir disso, construir respostas educativas que promovam a autonomia, o respeito mútuo e a convivência democrática.
A pesquisa evidenciou que muitos professores se sentem sozinhos diante dos desafios impostos pela indisciplina, o que aponta para a urgência de políticas públicas que garantam formação continuada, apoio psicossocial e equipes multiprofissionais nas unidades escolares. Igualmente, a gestão escolar tem papel essencial ao construir um ambiente seguro, acolhedor e participativo, onde regras sejam debatidas, respeitadas e coerentes com a realidade dos alunos.
Além disso, o envolvimento da família e da comunidade no cotidiano escolar mostra-se como um fator determinante. Onde há diálogo, escuta e corresponsabilização, há também mais respeito, pertencimento e disciplina.
Diante desse cenário, a escola pública precisa se reinventar continuamente, reconhecendo que o enfrentamento da indisciplina exige trabalho coletivo, sensibilidade pedagógica e compromisso com a formação humana integral. É no espaço da escola que se pode transformar o conflito em aprendizagem, a resistência em escuta e a indisciplina em oportunidade de reconstrução de vínculos.

REFERÊNCIAS (formato ABNT)

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria da transmissão. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DUBET, François. O que é uma escola justa? Da igualdade das chances às competências. São Paulo: Papirus, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. Educação, administração escolar e democracia. São Paulo: Cortez, 2015.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes Curriculares da Cidade de São Paulo – Ensino Fundamental. São Paulo: SME, 2019.